

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Uma breve análise da Ação Política do Letras em Marcha contra o processo de redemocratização (1977-1985)

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17491>

Submetido em: 2026-08-17

Postado em: 2026-08-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

UMA BREVE ANÁLISE DA AÇÃO POLÍTICA DO LETRAS EM MARCHA CONTRA O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1977-1985)¹

Carlos Henrique dos Santos Ruiz

<https://orcid.org/0000-0002-0467-7532>

caique_ruiz2006@yahoo.com.br

UNESP, Marília, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO:

O presente trabalho pretende realizar uma breve análise sobre as Ações Políticas realizadas pelo Grupo de Pressão Letras em Marcha, através dos artigos e matérias publicadas nas páginas de seu periódico, contra o processo de redemocratização, no período entre 1977 e 1985. Para realizar esta análise, o presente trabalho terá como metodologia a linha de análise Instrumental-Dialética, onde o meio castrense se auto influencia como é influenciado pela sociedade ao qual está inserido. Essa linha metodológica dialogará com Décio Saes e o conceito levantado pelo autor de disputas internas do Bloco no Poder, onde as frações do grupo vitorioso disputam a liderança hegemônica da nova ordem política; bem como o diálogo com o conceito de Grupos de Pressão de militares, presentes nos trabalhos de Eduardo Heleno. A questão central desta análise é de que frações dos militares demonstraram descontentamento com os rumos que a Abertura Política vinha assumindo. Assim, o periódico mobilizou, por meio dos aparelhos de hegemonia, ações políticas destinadas tanto a pressionar e influenciar a redemocratização, quanto a lançar seus próprios candidatos em disputas eleitorais, com o objetivo de legitimar e manter a Ditadura Militar. No entanto, o resultado foi negativo. Com algumas exceções, como na eleição do Clube Militar de 1984, a grande maioria de suas iniciativas falhou, como nos casos da Anistia, da campanha contra o PMDB e Leonel Brizola (PDT) nas eleições de 1982, e dos ataques à candidatura de Tancredo Neves (PMDB) às eleições presidenciais indiretas de 1985.

Palavras-chaves: ação política, grupos de pressão, militares, direita militar, abertura política.

A BRIEF ANALYSIS ON THE POLITICAL ACTION OF LETRAS EM MARCHA AGAINST THE REDEMOCRATIZATION PROCESS (1977-1985)

ABSTRACT:

This study aims to provide a brief analysis of the political actions undertaken by the pressure group Letras em Marcha — as documented in articles and reports published in its periodical—against the redemocratization process between 1977 and 1985. The analysis employs an instrumental-

¹ O presente trabalho é uma versão resumida da tese de doutorado intitulada ““Democracia à Nossa Maneira”: Ação Política do jornal Letras em Marcha contra a Redemocratização (1977-1985)”, que foi defendida em dezembro de 2025.

dialectical methodological approach, examining how the military establishment both influences itself and is influenced by the society in which it is embedded. This methodology engages with Décio Saes's concept of internal disputes within the "Power Bloc", wherein factions of the victorious group vie for hegemonic leadership of the new political order, as well as with the concept of military pressure groups found in the work of Eduardo Heleno. The central premise of this analysis is that specific military factions expressed dissatisfaction with the direction the redemocratization process was taking. Consequently, the periodical—acting through mechanisms of hegemony—mobilized political actions designed both to pressure and influence the redemocratization process and to field its own candidates in elections, with the aim of legitimizing and preserving the military dictatorship. Ultimately, however, the outcome was unsuccessful. With few exceptions—such as the 1984 Military Club election—the vast majority of these initiatives failed; notable examples include the stance on the Amnesty Law, the campaign against the PMDB and Leonel Brizola (PDT) during the 1982 elections, and the attacks on Tancredo Neves's (PMDB) candidacy for the 1985 indirect presidential election.

Keywords: political action, pressure groups, military, military right, redemocratization process.

INTRODUÇÃO

O campo teórico dos estudos entre militares, Estado e sociedade divide-se em diversos modelos analíticos e distintas matrizes interpretativas acerca desse fenômeno político.

Um destes modelos analíticos é o chamado Instrumental, que se caracteriza pela compreensão de que a Ação Política dos militares é orientada em função dos interesses de classe, dos grupos sociais e das forças políticas da sociedade. Nessa perspectiva analítica, a caserna não se encontra isolada em um mundo próprio, mas em constante relação com o mundo externo, ao mesmo tempo em que é por ele influenciada. Dessa forma, as disputas políticas no meio castrense sofrem influência de elementos externos. Como resume Antônio Carlos Peixoto, há uma predominância dos fatores externos aos quartéis:

A concepção instrumental busca nos interesses de classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião, os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação. Elas são acionadas por grupos de interesses ou de pressão e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um ou outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas identificam-se sempre com um ou outro desses grupos. O mais comum é inclusive encontrar, no âmbito da organização, representantes de cada um deles, pois a instituição armada deixa-se penetrar pelas tensões que atravessam a sociedade civil e a esfera política. E os confrontos que existem e se desenvolvem no seio da corporação militar são meros reflexos dos confrontos globais que marcam o processo político (Peixoto, 1980, p. 29-30).

Outro modelo analítico é o denominado Dialético. Ele considera as Forças Armadas em seu conjunto, a partir de um olhar dialético, no qual os militares são influenciados tanto pelos valores e conflitos da sociedade na qual estão inseridos quanto pelos valores e conflitos próprios do meio castrense. Ademais, tais valores e conflitos se retroalimentam em razão das relações específicas de coesão e coerção características da caserna. Como resume Antonio Carlos Peixoto sobre o modelo:

Todas as pressões (internas e externas) sofridas pelas Forças Armadas convergem sobre a estrutura de comando. A hierarquia desempenha, pois, um papel central, na medida em que encabeça uma instituição que funciona em sentido vertical e extremamente centralizado. Em última análise, é a hierarquia que legitima as pressões e as exigências. Se a corrente militar tem uma função de canalização, a hierarquia reserva a “filtragem”, ou seja, ela afasta as solicitações consideradas não - legítimas e aceita outras. Ao mesmo tempo ela interpreta os papéis constitucionais das Forças Armadas e vela sobre a manutenção dos valores corporativos. [...] Mas o mesmo raciocínio aplicado aos grupos e correntes militares também é válido para a hierarquia (Peixoto, 1980, p. 35).

Mesmo se apresentando como modelos antagônicos, tanto a linha Instrumental como a linha Dialética possuem diálogos entre si. Ambos os modelos consideram que os militares realizam Ações Políticas, tanto entre grupos políticos antagônicos - ou entre uma Esquerda Militar e uma Direita Militar - mas também entre divisões internas entre esses grupos. Para aprofundar este segundo ponto, recorreremos a Décio Saes que, a partir de Poulantzas, argumenta que essas disputas internas no seio das classes dominantes são recorrentes no sistema capitalista. Segundo o autor:

Nas formações sociais capitalistas, as classes dominantes ou frações de classe dominante são permanentemente unificadas pelos objetivos de frustrar a revolução social; todavia, essa unidade jamais chega ao ponto de sufocar a luta incessante que elas travam pelo aumento de seus quinhões respectivos na repartição do mais-valor total. A reprodução das formações sociais capitalistas não exclui, portanto, o conflito entre os interesses econômicos próprios às diferentes classes dominantes (classe fundiária, classe capitalista) e às diferentes frações de uma mesma classe dominante (subgrupos de capitalistas que podem ser distinguidos uns dos outros por desempenharem funções variadas no processo econômico capitalista – produtiva, comercial, bancária – ou pelas dimensões diversas do seu capital: grande capital, médio capital) (Saes, 2023, p. 240).

Diferentemente da luta de classes — na qual as distintas frações da classe dominante se unem contra um adversário comum —, as disputas internas do bloco no poder, nas quais se

evidenciam tais divergências, têm a função de definir qual projeto hegemônico prevalecerá no interior da classe vitoriosa. Essa liderança pode se expressar tanto na definição dos interesses econômicos a serem priorizados quanto na direção política a ser seguida pelo Estado e pela sociedade. Isso não significa, contudo, que os grupos derrotados da classe dominante sejam excluídos do processo. Todas as frações têm seus interesses atendidos, ainda que em graus distintos. Dessa forma, as disputas no interior do bloco no poder não são facilmente perceptíveis, uma vez que todos são contemplados de maneiras variadas, o que produz uma aparência de homogeneidade e oculta os conflitos internos existentes.

No entanto, as disputas no bloco no poder não se restringiram apenas aos interesses econômicos, mas também à hegemonia política, o que dialoga com os modelos analíticos citados anteriormente. Um exemplo desta disputa interna entre frações foi após o Golpe Civil-Militar de 1964, com a formação de um novo bloco no poder, liderado pela Direita Militar, e a disputa entre seus dois principais grupos: os “Moderados” e os “Duros”.

Em relação aos “Moderados” (também chamados de “Castelistas” ou de “Sorbonne”), esses militares adotaram, como linha de Ação Política, uma intervenção de caráter temporário, reproduzindo modelos observados em conjunturas anteriores: a “limpeza da área” dos elementos considerados desestabilizadores (especificamente os vinculados à esquerda) e a posterior devolução do poder a grupos civis tidos como confiáveis. Trata-se, portanto, de uma Ação Política associada à lógica do Poder Moderador ou, alternativamente, à noção de Tutela Militar. Cabe destacar que os “Moderados” costumam ser associados ao liberalismo no interior da Direita Militar. Maud Chirio, valendo-se dos trabalhos de Alfred Stepan, define esse grupo nos seguintes termos:

A abertura diplomática e econômica ao estrangeiro, o regime de sem liberdade concedido às empresas privadas, a confiança na democracia e a opção por tutelá-la provisoriamente. Quatro aspectos principais ressaltam, distinguindo os generais castelistas em sua geração (a de 1900): são em geral primeiros da turma [...], combateram na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, fazem parte do corpo permanente da ESG e fizeram cursos no exterior – muitos nos Estados Unidos. Essas experiências, aos olhos de Stepan, reforçam o sentimento de pertencimento às democracias ocidentais, a confiança no sistema capitalista e na aliança (econômica, diplomática e militar) com os Estados Unidos, a hostilidade ao “nacionalismo excessivo” e “a profunda aversão aos apelos emocionais” (Chirio, 2012, p. 53).

O segundo grupo era formado pelos chamados “Duros” (também definidos como “linha-dura”). Esses militares adotavam posições políticas mais radicais no interior da Direita Militar, com um discurso extremado marcado pelo nacionalismo, pelo anticomunismo, pelo combate à corrupção e pela defesa da repressão sem limitações jurídicas. Em relação à Ação Política adotada por esse grupo, a intervenção deveria ocorrer por tempo indeterminado, acompanhada de uma “limpeza de área” mais ampla; para isso, seria necessária a instalação de uma nova institucionalidade, bem como de um novo modelo de sociedade, com os militares assumindo o comando desse processo político. Para os “Duros”, o Golpe de 1964 representou a oportunidade ideal para promover essa mudança, a qual não deveria restringir-se a uma intervenção rápida. Maud Chirio apresenta a seguinte definição a respeito desse grupo:

Os oficiais que se consideram de “linha dura” emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de “linha dura” são os principais advogados da violência de Estado e da repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalistas (Chirio, 2012, p. 51).

Há um detalhe que merece ser ressaltado. Diferentemente dos “Moderados”, entre os quais havia maior coesão interna, os “Duros” apresentavam divisões mais acentuadas, frequentemente de caráter geracional ou hierárquico, bem como entre aqueles que ocupavam cargos políticos e os que detinham o comando de tropas, ou ainda entre grupos formados em torno de lideranças específicas, como a “primeira linha dura” ou os “coronéis dos IPMs”. No entanto, mesmo com essas divisões:

[...] existe uma real continuidade nos imaginários das ‘linhas duras’ ao longo de todo o regime militar. A classe política é considerada inapta ao exercício de um poder visto como intrinsecamente corruptor. O comunismo constitui uma ameaça inerente à história e à realidade social brasileira, caracterizando-se por suas faces cambiantes e sua capacidade de dissimulação e infiltração. A “Revolução” e os “Ideais de 64” são uma referência onipresente, jamais explicitada e eternamente traída (Chirio, 2012, p. 190).

Essas disputas do bloco no poder ocorreram em vários momentos da Ditadura Militar: no governo Castelo Branco entre “Moderados” e “Duros”; no governo Costa e Silva entre frações dos

“Duros”, mais especificamente entre os militares no governo e os militares na caserna. Com a eleição indireta de Médici para presidente – o Congresso, que se encontrava fechado, voltou somente para elegê-lo – a Ditadura Militar e os “Duros” atingiram seu ápice.

Com a disputas internas no Bloco no Poder encerradas por momento, algumas frações da caserna voltaram seu foco para uma nova forma de Ação Política: Grupos de Pressão. Sua definição seriam como: “[...] coletividades organizadas de maneira formal que buscam defender seus interesses sensibilizando a sociedade e influenciando o governo, por meio de persuasão, lobby, ameaças ou outras formas de constrangimento” (Santos, 2015, p. 23).

De acordo com as análises de Eduardo Heleno (2009, 2015), esses grupos da direita militar, tinham como características: serem formados majoritariamente por oficiais superiores e generais da reserva; interesses voltados à recuperação da projeção social, da memória e do modelo de sociedade do período do regime militar, bem como à resistência ao controle político civil sobre as Forças Armadas; e a defesa da melhoria salarial e das condições de operacionalidade. Foi neste contexto que o Letras em Marcha foi fundado.

O LETRAS EM MARCHA E A AÇÃO POLÍTICA CONTRA A REDEMOCRATIZAÇÃO (1977-1985)

Criado em 1970, o *Letras em Marcha* foi um dos primeiros Grupos de Pressão defensores da continuidade do intervencionismo militar. Durante um longo período, destacou-se como um dos principais Grupos de Pressão da direita militar, permanecendo ativo até o ano 2000. Fundado originalmente na cidade de São Paulo, o grupo estabeleceu sua sede na cidade do Rio de Janeiro no início do governo Figueiredo. Seus fundadores foram os coronéis e irmãos Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves e Neomil Portella Ferreira Alves, que possuíam vínculos com os militares denominados “Duros”.

O grupo dispunha de um periódico próprio. Lançado em 15 de novembro de 1971, com o título *Letras em Marcha: cultura e noticiário militar*, o jornal era mensal — passando a bimestral a partir de março de 1990 —, adotava o formato tabloide e funcionava por meio de assinaturas, com envio regular de exemplares aos leitores. Esse elemento diferencial — a mídia própria — consolidou

o grupo como um dos principais meios de Ação Política das frações da caserna, contando com a colaboração de militares e civis na produção e redação de seus conteúdos.

O periódico tinha uma visão de mundo dos “Duros” com adaptações para encaixá-la dentro do conceito de democracia. Essa linha de pensamento também era compartilhada por seus leitores, como no exemplo de uma carta escrita para a redação do jornal, que dizia:

Seu combate às ideologias e doutrinas totalitárias comunistas apoiado humildemente, dentro de nossas possibilidades, certos de que, se preciso for, a Revolução de 1964, pelos seus ideais, se repetirá para o bem de nosso povo e nosso país. Estejamos preparados. Se preciso for, homens devem estar a postos para lutar contra nova investida totalitária comunista (Reviver [...], 1981, p. 15).

Iso não impediu que o grupo exercesse certo grau de influência na sociedade ditatorial. Na caserna, o periódico chegou a ser anexado ao “Noticiário do Exército”, com 70% de seus 15 mil exemplares sendo distribuídos às tropas (Santos, 2015). Entre seus assinantes e leitores, encontravam-se figuras dos meios político, militar e empresarial, bem como profissionais liberais, que colaboravam financeiramente e/ou por meio da redação de artigos para o tabloide.

Outro ponto que também confirma o prestígio que o *Letras em Marcha* possuía era a quantidade de anúncios publicitários publicados no tabloide. O jornal contava tanto com propagandas de pequenos e médios comércios e de profissionais liberais quanto de grandes empresas privadas e públicas, além de instituições e órgãos governamentais; além de governos municipais e estaduais, alinhados à direita política. Essa relevância torna-se evidente durante o período da Ditadura, quando alguns ministérios publicavam seus balanços anuais no periódico.

Por fim, no que diz respeito à estrutura do *Letras em Marcha*, o jornal era composto por diversas seções voltadas, majoritariamente, às notícias castrenses do Brasil e do exterior, bem como a temas relacionados à cultura da caserna. Nessas seções, eram publicados artigos escritos por colaboradores recorrentes ou convidados, abordando variados assuntos.

Diante do exposto, é possível definir a estratégia adotada pelo *Letras em Marcha* em sua Ação Política. Por meio do periódico, eram publicados textos sobre curiosidades e temas relacionados à caserna, à história e às notícias militares. Nesse contexto, inseriam-se artigos e matérias que buscavam influenciar seus leitores a partir de valores e ideais específicos, bem como

pressionar a sociedade e os espaços de poder, tanto castrenses quanto civis. Dessa forma, é possível caracterizar o grupo como um grupo de pressão.

Mesmo com essa estrutura, durante os primeiros anos do periódico, não houve publicações de conteúdo político, focando mais em assuntos e curiosidades do mundo castrense. Posição essa que se manteve durante os primeiros anos do governo Geisel, mesmo tendo sido iniciado o processo de Abertura, “lenta, gradual e segura”.

Isso ocorreu pois não se tratava de um processo de redemocratização, mas sim uma distensão que visava à preservação da influência política dos militares, por meio de um afrouxamento controlado do regime, antes que uma crise o derrubasse por completo. Ou seja, tratava-se de liberalizar o sistema enquanto a caserna ainda se encontrava em posição de poder e de negociação em seus próprios termos, em vez de aprofundar e manter a institucionalidade autoritária por tempo suficiente para conduzi-la ao colapso e à derrota completa. Nessa linha de análise, a institucionalidade criada após o golpe, a partir das contradições e disputas internas do bloco vitorioso no poder, já apresentava sinais de desgaste. Segundo David Maciel, havia lógica nesse raciocínio:

A emergência do projeto distensionista já na passagem do governo Médici para o governo Geisel deve ser entendida, conseqüentemente, como uma resposta da cúpula dirigente do Estado e do bloco no poder aos diversos sinais de que as contradições do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista já estavam maduras e carregavam potencialidades instabilizadoras (Maciel, 2004, p. 90).

Ainda assim, para o *Letras em Marcha*, isso não significava um risco para a institucionalidade autoritária. Como o governo Geisel pretendia realizar uma liberalização, mantendo a institucionalidade da Constituição de 1967 e reformando apenas alguns pontos para permitir o retorno dos civis ao poder, não havia risco ao modelo de sociedade estabelecido. Isso mudou a partir de 1977.

Na edição do *Letras em Marcha* nº 71, publicada em setembro, a questão da redemocratização apareceu de forma bastante clara. Logo na primeira página, havia três breves textos críticos a uma possível retomada da institucionalidade democrática: “Volta aos Quartéis”, “A União dos Militares” e “A ‘Volta’ ao Estado de Direito”. Este último trouxe comentários críticos do

presidente do Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, Dr. Sylvio Cunha, que afirmava não haver preocupação com a volta do Estado de Direito, pois este seria algo que já não existia mais, além de criticar o retorno ao modelo anterior em detrimento do regime militar.

Se Estado de Direito é aquele em que o terrorismo explode bombas que matam inocentes; em que as badernas de rua perturbam a vida normal das cidades com greves constantes, e paralisam a economia do País; em que uma pseudo-ideologia pode medrar livremente solapando a Democracia, então, realmente, nós empresários não estamos muito preocupados com esse Estado de Direito num País onde o terrorismo foi extirpado, de onde foram banidas as badernas de rua e as paralisações ilegítimas do trabalho, e onde a Democracia está livre de seu inimigo figadal" (A "Volta" [...], 1977, p. 01).

Por sua vez, no *Letras em Marcha* nº 75, logo na primeira página, o artigo "Democracia à nossa maneira" trouxe, na íntegra, a transcrição da carta de um leitor do periódico, Oswaldo Lucas, que defendia a manutenção da ordem política estabelecida pela Constituição de 1967, criticando uma reabertura democrática mais ampla:

Nestes dias finais do ano, tem se avolumado o noticiário político do País em torno da chamada "reabertura democrática", anseio indubitável de toda uma grande classe, qual seja a dos próprios políticos. Acredito, no entanto, que a grande massa esclarecida do povo brasileiro pouco se interessa, ou mesmo não deseja que tal fato venha a acontecer, permanecendo imensamente contente com o regime político atual, isto é, com a "democracia à nossa maneira", tão apregoada pelo Presidente Geisel. Aliás, diga-se de passagem, uma democracia que tem conduzido o Brasil a um desenvolvimento sócio-econômico incontestável. Em relação à reabertura democrática, se não bastasse o desinteresse do povo, dois fatos devem nos chamar a atenção pela sua impraticabilidade, ao menos de momento. O primeiro deles refere-se a uma enquete realizada nas ruas de S. Paulo, por um dos nossos canais de televisão, no dia 15 de novembro, quando a unanimidade dos entrevistados ignorava o significado da data e, outra grande maioria, não sabia que a República havia sido proclamada no Brasil. O mais esclarecido dos entrevistados tinha conhecimento de que D. Pedro I (sic) tinha sido o responsável pelo evento [...] O outro lado, tão lastimável quanto o primeiro, refere-se ao lançamento da candidatura à deputação federal de famoso goleiro de um dos quadros de futebol de nossa cidade. Logo à deputação federal, como se a Câmara dos Deputados fosse um lugar de reunião de despreparados culturais e políticos! Esteja certo de que o lugar de goleiro já está garantido, não por seus dotes culturais e políticos, que esses não os têm, mas sim pelo "charme" pessoal que o torna alvo das atenções femininas. Como conclusão desses fatos, desejo afirmar que não podemos e não queremos uma democracia plena, pois, com o grande número de analfabetos e de semianalfabetos que constitui o grosso de nossa população, temos que ficar com a "democracia à nossa maneira", onde o povo é conduzido ao caminho da ordem, da disciplina e do progresso pelas nossas Forças Armadas, onde se agrupam homens de capacidade moral e intelectual, dotados de acendrado espírito patriótico. Oxalá continue o Brasil, por muitos anos ainda, nos rumos da "democracia à nossa maneira", "para o bem de todos e felicidade geral da Nação. (Democracia [...], 1978, p. 01).

Essa discussão continuaria a ocupar as páginas do jornal. No *Letras em Marcha* nº 77, em mais uma edição especial sobre o Golpe Civil-Militar, foram publicados artigos defendendo a manutenção das eleições indiretas. Um desses, do vice-almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha, intitulado “Eleições diretas ou indiretas?”, apresenta argumentos puramente técnicos, como quais países adotam esse sistema e o número de pessoas que vivem neste tipo de regime. Entretanto, o autor conclui por que as eleições indiretas seriam mais adequadas ao Brasil, considerando-se, inclusive, a perspectiva anticomunista:

- a. A simples leitura dos nomes dos países que elegem seus Presidentes diretamente pelo voto popular, nos mostra ser a França a única potência que, atualmente, usa esse processo eleitoral;
 - b. Cerca de 70% da população mundial adota o sistema indireto na escolha de seus dirigentes máximos;
 - c. Se considerarmos que, nos países em que a votação é direta, os candidatos são indicados pelos Partidos Políticos, vemos que, realmente, não há eleições diretas em nenhuma parte do mundo, sendo DEMAGOGIA ou orientadas pelo comunismo internacional, as campanhas pelas eleições diretas, em nossa Pátria.
- Para que não pare qualquer dúvida e no sentido de evitar inúteis polêmicas, deixamos bem claro que respeitamos a opinião de todos os sinceros democratas que defendem as eleições indiretas, MAS LEMBRAMOS A ESSES PATRIOTAS QUE, NO BRASIL OS COMUNISTAS TAMBÉM A DEFENDEM, E COM ARDOR (Rocha, 1978, p. 07).

O outro artigo é de autoria do major Pedro Schirmer, intitulado “O Brasil é uma democracia?”. Segundo o autor, todas as discussões do período acerca de democracia, Estado de Direito, redemocratização e Direitos Humanos têm como objetivo difamar o regime militar, sendo orquestradas por seus inimigos: os comunistas e os defensores da ordem institucional vigente antes do golpe de 1964. Com isso, o autor critica a institucionalidade democrática por meio do discurso habitual dos “Duros”, associando esse modelo de regime à corrupção e à política no sentido mais negativo e pejorativo, conclusão com a qual o autor arremata:

O Brasil vive uma Democracia plena porque a resultante de todos os esforços dos seus mandatários visa o povo, com o objetivo de melhorar seus padrões de vida e conferir-lhe bem-estar social. Democrático é o Estado que busca no status revolucionário o aprimoramento das instituições, a melhor distribuição da renda, o aperfeiçoamento da legislação que dá amparo às massas trabalhadoras que constituem a grande parcela da população deste País continente. [...] Mais do que democrático é o país cujo regime indica o mandatário supremo livre de barganhas espúrias e conchavos inconfessáveis, fazendo-o apenas como compromisso moral de bem servir à pátria, fiel aos juramentos prestados ao longo de vida dedicada exclusivamente aos mais sagrados interesses da nação. [...]. Democrático é o país cujas autoridades sofrem as mais torpes e acerbos críticas, por parte

daqueles que apontam os males, mas não apresentam soluções. Democrático é o regime que proporciona dadivosa publicidade a veículos de comunicação que fazem denegrir sua imagem” o como se a vítima armasse de divulgação para esclarecer a opinião pública que, à falta de reais conhecimentos, acaba por ser enganada e fazer coro com os pregoeiros da subversão (Schirmer, 1978, p. 12).

Ou seja, mesmo com toda a estrutura de repressão consolidada e com diversas medidas políticas que procuram assegurar a predominância governista, para esse grupo de pressão tais elementos não seriam percebidos como indicativos de um governo autoritário, mas sim como características de um Executivo forte dentro de uma democracia. Por sua vez, o artigo do tenente-coronel Neomil Portella Ferreira Alves, “O Fim da Revolução”, demonstra o receio de que a institucionalidade autoritária possa ser derrotada por meio de eleições diretas, o que explica o lobby em favor das eleições indiretas. Segundo o autor, aqueles que defendem a redemocratização ocultam objetivos escusos sob o discurso da liberdade.

Não se diz claramente, mas, nas entrelinhas, há a inspiração, a sugestão para que o Regime Revolucionário vigente termine. Amplas liberdades, fim do AI-5, deputado trocando diferencial bom do carro oficial pelo ruim, de seu carro particular, tiroteio nas ruas, proteção odiosa nas coisas públicas (Alves, 1978, p. 02).

Essas Ações Políticas se encerraram neste primeiro momento, com o *Letras em Marcha* não publicando nenhum outro artigo relacionado à Abertura nos meses seguintes. Até as notícias sobre o “perigo vermelho” diminuíram. Durante esse período, retornaram as matérias relacionadas à história e ao meio castrense. Nem mesmo a eleição indireta de 1978 para a presidência recebeu destaque nas páginas do jornal.

A pressão política voltaria na edição de março de 1979, quando o *Letras em Marcha* nº 89 deu enfoque total ao aniversário de quinze anos do Golpe Civil-Militar. Todas as matérias do jornal abordavam exclusivamente esse tema, sem a presença de qualquer outro assunto, nesta edição de 28 páginas — acima da média habitual. O objetivo da edição era influenciar o poder político a manter a institucionalidade criada pelo regime, evidenciando a importância de seu legado para o desenvolvimento futuro do Brasil, como resumiu o editorial “Etapa Decisiva na História do Brasil”, logo na primeira página:

Apesar dos fortes impactos desajustadores da desfavorável conjuntura mundial contemporânea, haveremos de ver, em breve, o desenvolvimento econômico perfeitamente entrosado com a evolução social e política do País, para que a Nação como um todo possa seguir de forma segura o grandioso destino que todos nós desejamos. Assim compreendida, a Revolução de 1964 se apresenta como uma etapa decisiva de nossa História, na qual a obra que for realizada terá por certo profundas repercussões sobre o futuro da própria Nação. Eis por que não poderemos fracassar nesta gigantesca cruzada, cujo desfecho atingirá a todos nós indistintamente (Etapa [...], 1979, p. 01).

Outro ponto a ressaltar é que o processo de legitimação da Ditadura não se encerrou nesta edição. A partir do *Letras em Marcha* nº 90 (1979), estreou a seção “O Brasil da Revolução”, na qual o almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha apresentava, semanalmente, dados relacionados ao desenvolvimento econômico, enfatizando o discurso de que o regime militar havia promovido melhorias no país. Ao todo, ocorreram 12 seções.

O foco do periódico se voltaria para a anistia. O tema foi abordado no *Letras em Marcha* nº 91, bem como na edição seguinte, na seção “Subversão em Marcha”. Intitulado “Anistia implica em conversão”, o texto traz a seguinte advertência ao governo:

O reclamo de Dom Agnelo Rossi, Prefeito da Sagrada Congregação para a evangelização dos povos, afirmou que “a anistia significa perdão e, portanto, o perdão só pode ser concedido se houver a conversão do infrator; não se pode perdoar criminosos e terroristas, sem que se saiba se, ao serem anistiados, não retornarão ao crime, para abalar a paz. De outra forma, nem mesmo Deus concede perdão. É necessário que o Governo brasileiro, nesse aspecto, analise cada caso, particularmente, para que a anistia possa significar paz para a nação” (Anistia [...], 1979, p. 03).

Essa tentativa, no entanto, não surtiu efeito, pois a Anistia foi aprovada no final de agosto, perdendo tanto os opositores quanto os agentes da repressão, o que acabou desagradando ambos os lados. Para os “Duros”, isso significou a volta dos “subversivos” que haviam combatido e expurgado da sociedade brasileira, levando frações desses militares a radicalizarem sua Ação Política, cometendo atos terroristas com o objetivo de frear o processo de transição e manter a institucionalidade autoritária.

Por sua vez, em relação à questão do pluripartidarismo, foi publicado um único artigo sobre o tema no *Letras em Marcha* n.º 92, escrito por Francisco de Souza Brasil, intitulado “Revolução, Abertura & Pluripartidarismo”. O texto apresenta uma defesa direta e explícita do modelo

bipartidarista da Ditadura, contrapondo-se ao sistema pluripartidário vigente durante a República de 1946. Essa defesa fundamenta-se na estabilidade política proporcionada pela monopolização do poder entre dois partidos. Para justificar sua posição, o autor apresenta exemplos de países com poucos partidos políticos. Para o autor, os países que adotam o bipartidarismo são politicamente mais estáveis, enquanto os pluripartidaristas apresentam instabilidade constante. Nesse contexto, o autor elogia a reforma partidária promovida pelo AI-2.

Extinguindo os partidos políticos e ensejando sua reorganização, instituindo a fidelidade partidária, a Revolução de 1964 prestou, assinalado serviço ao país. A legislação vigente, ao contrário daquilo que, maldosamente, procura-se difundir, não fixa, em dois, os partidos existentes. Apenas, para a organização de novos, estatuem-se, condições que, sendo rígidas e moralistas, não admitem a proliferação indiscriminada de entidades inexpressivas (Brasil, 1979, p. 02).

No fim, o pluripartidarismo foi aprovado em novembro de 1979. Diante do exposto, isso explicaria por que as questões da Anistia e do pluripartidarismo — parte fundamental do processo de Abertura Política — receberam pouco foco no *Letras em Marcha*. Uma hipótese é a de que o grupo acreditava que a pressão exercida na edição especial sobre o Golpe de 1964 havia conseguido influenciar o governo Figueiredo a retomar o projeto de distensão original. Outra hipótese é a de que, apesar do descontentamento visível, tais medidas não foram tão desfavoráveis ao regime. Ou seja, mesmo com o aumento do número de partidos de dois para seis — reduzido para cinco em 1982 — e com a anistia dos perseguidos, presos ou exilados, a institucionalidade da Ditadura permanecia intacta, e o governo ainda detinha o controle de todo o processo da Abertura - haja vista que o partido governista (PDS) manteve a maioria e a unidade, enquanto a oposição havia se fragmentado em vários partidos. Tanto que, em 1980 e em 1981, ocorreu uma diminuição dos artigos críticos à Abertura no *Letras em Marcha*.

O assunto voltaria ao periódico com o Atentado do Riocentro. Em maio de 1981, no *Letras em Marcha* nº 115, o ataque terrorista fracassado gerou três textos na seção “Subversão em Marcha”. Intitulados “As Bombas do Riocentro”, os textos expressaram a opinião do periódico sobre o ocorrido. Em relação ao primeiro:

As bombas que explodiram no Riocentro nos proporcionaram a observação de um estupendo

trabalho de formação da opinião pública. Toda a imprensa, sem exceção, além de estampar as costumeiras manchetes-cor-de-sangue, esmerou-se na conclusão interpretativa dos fatos, julgando, a priori, os dois militares envolvidos. O Capitão Wilson e o Sargento Guilherme já foram considerados culpados pela imprensa que jogou todo o peso da sua força e da sua credibilidade na tentativa de formar, nesse sentido, a opinião pública. [...] Não tiveram a sensatez de aguardar o resultado do IPM. Não tiveram, nem mesmo, a racionalidade de se lembrarem das letras da lei, segundo as quais todos são inocentes até que se prove o contrário. Os dois militares foram julgados pela imprensa, não pelo fato em si, mas por serem membros do DOI, organismo que se empenhou, com o sangue de inúmeros companheiros, em debelar e extirpar o cancro da luta armada desenvolvida pelas esquerdas a partir de 1966/67. Se não houvesse sido militares os atingidos, mas dois comunistas eles seriam vítimas. Se não fosse o Puma, mas o carro de um deputado-comunista, ele seria vítima. Neste caso trágico, as vítimas são os culpados ...O que a esquerda procurará, agora, é atingir dois de seus grandes objetivos, sempre buscados, todavia, nunca conseguidos: dividir o Exército e dismantelar os órgãos de segurança clandestinamente (As Bombas [...], 1981, p. 07).

Para o periódico, a acusação feita pela mídia de que os dois militares eram culpados foi considerada absurda, pois ambos foram julgados prematuramente, sem a devida presunção de inocência e sem que as investigações fossem concluídas. O jornal também sugere que os militares estavam sendo perseguidos pela mídia e afirma que, se fossem comunistas, já teriam sido considerados vítimas. Em seguida, o segundo texto faz uma crítica direta ao jornalismo da Rede Globo em relação à cobertura sensacionalista do atentado falho. Por fim, o periódico levanta várias dúvidas e indagações sobre o atentado terrorista:

Há um outro aspecto que os jornais convenientemente se esqueceram: a outra bomba que explodiu, cerca de dez minutos depois da do Puma. Quem jogou essa bomba? Foi o capitão Wilson, depois de ter sido ferido? E o tal de Comando Delta que, lamentando-se por ter atingido equivocadamente os dois militares, assumiu a autoria dos dois atentados? Qualquer raciocínio, isento de paixões ideológicas, nos levará a concluir que havia um outro grupo, que lançou as bombas. Voltaremos no assunto (As Bombas [...], 1981, p. 07).

Com exceção do atentado do Riocentro, não houve nenhum outro artigo criticando a Abertura Política. Excetuando-se a “Subversão em Marcha”, que, por meio de suas pequenas notas e textos, atacava os comunistas e a esquerda, além de evidenciar a “degradação” da sociedade brasileira, e os textos anticomunistas, houve um recuo do periódico em 1981. Entretanto, isso fazia parte de uma nova estratégia: a Ação Política nas eleições de 1982.

A forma indireta consistia nas campanhas contra seus inimigos. Por meio da seção “Subversão em Marcha”, o periódico realizava ataques em formato de notas jornalísticas. Sob o

pretexto de informar, promovia difamações e ataques reiterados. Entre seus alvos mais frequentes estavam Leonel Brizola e o PDT, o PT e o PMDB, este último praticamente transformado no espantalho do jornal. O que culminou no *Letras em Marcha* nº 134, onde o periódico compilou centenas de nomes de candidatos em que não se deveria votar, incluindo aqueles que eram militantes comunistas ou apoiados por eles, bem como membros de outras organizações de esquerda – PCB, PCdoB, MR-8, OSI, CS e ORM-DS. Segundo o *Letras em Marcha*, os partidos mais mencionados, cujos candidatos não deveriam receber votos, eram o PMDB – onde estariam todos os comunistas –, o PDT – com os brizolistas e a ala Prestes –, e o PT – OSI, CS e ORM-DS, além do clero progressista. Não foram listados os candidatos a governador e senador pelo PMDB, pois todos eles contavam com o apoio do PCB. Por fim, o periódico apresentou doze curiosidades sobre Leonel Brizola com o objetivo de mostrar aos leitores com menos de 30 anos quem ele realmente era (1982b).

Já o meio direto foi a recomendação de candidatos para as eleições legislativas de 1982 nas páginas do jornal. Tendo esse processo se iniciado em setembro, durante três meses o periódico reuniu uma série de nomes de confiança, processo que se encerrou no *Letras em Marcha* nº 133, em novembro, com a publicação da lista completa. Ao todo, foram indicados 12 candidatos – dois para vereador, quatro para deputado estadual e seis para deputado federal –, todos filiados ao PDS, em sua grande maioria militares. Eram eles: coronel Pedro Américo Leal, Roderico Façanha, coronel Wanderley do Amaral Duarte, general Salvador Mandim, coronel-aviador Ivo Carneiro, comandante Hilton Tupy Carvalho de Mendonça, coronel Carlos José Pereira, Laurita Mourão, Emílio Nina Ribeiro, comandante Valdemar Barros Filho, Gílson Araújo e coronel Antônio Erasmo Dias (1982a). No resultado final, o *Letras em Marcha* elegeu apenas um candidato: o coronel Wanderley do Amaral Duarte, para vereador no Rio de Janeiro.

Essa derrota refletiu no *Letras em Marcha* nº 147, onde foi publicada na primeira página a matéria intitulada “Eleições Diretas versus Eleições Indiretas”. O periódico não esconde sua preferência pelo segundo modelo, apresentando seus argumentos em favor dele. Entre as justificativas, estão uma no âmbito religioso, citando a eleição que condenou Jesus Cristo (Rocha, 1983), com também o anticomunismo:

Em todos os países socialistas e comunistas, as eleições são indiretas. Por que será, então, que os socialistas do tipo Leonel Brizola (capitalista no Uruguai...) e os comunistas do tipo Giocondo Dias são favoráveis, no Brasil, às eleições diretas? A resposta é fácil e simples: querem eleições diretas para "virar a mesa"; depois de virada e "eles" no poder, com as rédeas na mão, fazem voltar as eleições indiretas e se perpetuam (Rocha, 1983, p. 01).

Os ataques continuaram até 1984, quando o periódico voltou sua atenção para as eleições do Clube Militar naquele ano. Apoiando a chapa vitoriosa do general Tasso Vilar de Aquino, o periódico publicou vários artigos em prol de sua candidatura, nos meses que antecederam o pleito. Desta forma, o *Letras em Marcha* realizou uma Ação Política bem-sucedida na eleição no Clube Militar. A chapa do general Tasso foi vitoriosa, obtendo 4.175 votos contra 2.578 da chapa Soberania Nacional; havia, ao todo, 23.286 sócios, dos quais 70% se abstiveram de votar (Gaio, 1997). Esse lobby é reconhecido pelo próprio general Tasso, que em seu discurso de agradecimento, incluiu o grupo de pressão: "[...] aos prezados companheiros de *Letras em Marcha*, a quem devemos a difusão correta dos esclarecimentos aos eleitores do Clube Militar, com vistas ao voto consciente que, em conjunto, expresse a vontade da maioria" (Aquino, 1984, p. 03).

Face a esse sucesso, o *Letras em Marcha* voltou seu foco para as eleições presidenciais indiretas de janeiro de 1985. Entre os ataques realizados contra a candidatura de Tancredo Neves (PMDB), há que se destacar a edição do *Letras em Marcha* nº 154, onde o coronel Armando de Freitas Rolim acusou Tancredo Neves de ser o "Alfonsín brasileiro". Segundo ele, com o aumento das críticas aos militares, a possibilidade de quem fosse eleito – no caso, como a candidatura era do partido governista, pela lógica só poderia ser o candidato da oposição – poderia iniciar um processo de revanchismo, assim como teria ocorrido na Argentina no período:

Dependendo do próximo governo, poderemos cair no mesmo caso da Argentina. As denúncias já começaram e os inescrupulosos estão na linha de frente prontos para isso. Na Argentina em qualquer escavação em que se ache uma ossada, mesmo não identificada, podendo ser até de cachorro, os denunciante logo afirmam ser o cadáver de uma criança torturada e morta pela repressão do governo, e todos correm a localizar o militar mandante, eis que lá existe uma campanha organizada para desmoralizar as Forças Armadas (Rolim, 1984, p. 01).

Entretanto, apesar de todos os ataques realizados e da campanha contra sua candidatura promovida pelo periódico, Tancredo Neves (PMDB) foi eleito indiretamente presidente da

República em 15 de janeiro de 1985, recebendo 480 votos do Colégio Eleitoral, contra 180 votos recebidos por Paulo Maluf (PDS). Além disso, o posicionamento do jornal acabou por desagradar seus financiadores. O *Letras em Marcha* denunciou uma pressão econômica, segundo a qual o periódico deixaria de receber patrocínios enquanto não cessasse sua campanha de difamação contra o candidato da oposição (Letras [...], 1984, p. 08). Por fim, consolidada a Abertura Política, o grupo “reconheceu” a derrota através da frase publicada na edição nº 163: “1964 foi necessário para chegar-se a 1985” (Rademaker, 1985, p. 02).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, chegamos à seguinte consideração: De fato, o periódico atuou para legitimar e manter a Ditadura Militar no período analisado. Esse processo iniciou-se quando o projeto de distensão começou a perder força, levando o grupo a adotar essa linha de Ação Política. Utilizando-se principalmente da pressão e do constrangimento, por meio de artigos e textos, além do lançamento de seus próprios candidatos em eleições, o discurso radicalizou-se com o avanço da Abertura e a perspectiva de uma nova institucionalidade.

No entanto, a maioria das Ações Políticas do *Letras em Marcha* fracassou no período em estudo. A publicação de artigos, matérias e textos “jornalísticos” nas páginas do periódico, com o objetivo de influenciar e chantagear autoridades do regime e constranger a oposição não obteve o resultado esperado. Outra estratégia, nas eleições de 1982, foi o lançamento de candidatos próprios, recomendados nas páginas do jornal por compartilharem da mesma visão de mundo, o que resultou em somente um candidato a vereador, no Rio de Janeiro, eleito. O único caso em que a pressão realizada pelo jornal se concretizou foi a campanha nas eleições do Clube Militar em 1984, na qual apoiaram a candidatura vitoriosa.

Com a vitória de Tancredo Neves (PMDB), o *Letras em Marcha* foi derrotado em suas duas propostas. Em menor medida, conseguiu convencer seu público da legitimação do Regime Militar. O fracasso do Grupo de Pressão resultou na mudança da Ação Política do jornal, adequando-a aos novos tempos. Ao que tudo indica, a manutenção foi descartada, enquanto a legitimação da Ditadura Militar tornou-se o foco principal do periódico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A “VOLTA” do estado de direito. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 071, p. 01, set. 1977.
- ALVES, Neomil Portella Ferreira. O fim da revolução. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 02, mar. 1978.
- ANISTIA. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 091, p. 03, mai. 1979. Coluna Subversão em Marcha.
- AQUINO, Tasso Villar de. Reeleito presidente do clube militar por significativa maioria [...]. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 153, p. 03, jun. 1984.
- AS BOMBAS do Riocentro. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 115, p. 07, mai. 1981. Coluna Subversão em Marcha.
- BRASIL, Francisco de Souza. Revolução, abertura & pluripartidarismo. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 092, p. 02, mai. 1979.
- CHIRIO, Maud. **A Política nos Quartéis:** revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DEMOCRACIA à nossa maneira. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 075, p. 01, jan. 1978.
- ETAPA decisiva na história do Brasil. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 089, p. 01, mar. 1979.
- GAIO, André Moysés. **Em Busca da Remissão:** a mobilização militar pela democracia. Londrina: Editora UEL, 1997.
- LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 090, abr. 1979.
- LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 133, nov. 1982a.
- LETRAS em Marcha:** cultura & noticiário militar. Rio de Janeiro: Letras em Marcha Editora, nº 134, nov. 1982b.
- LETRAS em marcha sofre sanção econômica por atacar Tancredo. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 156, p. 08, set. 1984. Coluna Subversão em Marcha.
- MACIEL, David. **Argamassa da Ordem:** reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda / Goiânia: FUNAPE, 2012.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica aos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os Partidos Militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.
- RADEMAKER, Augusto. A revolução de 1964 a nova república. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 163, p.02, abr. 1985.

REVIVER a revolução. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 113, p. 15, mar. 1981.

ROCHA, Acyr Dias de Carvalho. Eleições diretas ou indiretas? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 12, mar. 1978.

ROCHA, Acyr Dias de Carvalho. Eleições diretas versus eleições indiretas. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 147, p. 01 e 03, dez. 1983.

ROLIM, Armando de Freitas. Tancredo - O Alfonsín brasileiro. **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 154, p. 01, jul. 1984.

SAES, Décio. **República do Capital:** capitalismo e processo político no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

SANTOS, Eduardo Heleno J. **Extrema Direita Volver!** Memória, Ideologia e Política nos grupos formados por civis e militares da reserva. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SANTOS, Eduardo Heleno J. **Os Grupos de Pressão Política Formados por Militares da Reserva no Mercosul.** 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

SCHIRMER, Pedro. O Brasil é uma democracia? **Letras em Marcha:** cultura & noticiário militar, Rio de Janeiro, nº 077, p. 12, mar. 1978.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados do periódico “Letras em Marcha”, utilizados neste estudo estão no acervo físico da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil) e encontram-se disponíveis exclusivamente para consulta presencial nas dependências da instituição.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR:

Carlos Henrique dos Santos Ruiz: Investigação, Análise, Redação.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

USO DE IA: IA usada na formatação e na normatização de declarações.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER:

Carlos Henrique dos Santos Ruiz: Doutor em Ciências Sociais pela UNESP - campus de Marília. Mestre em Ciências Sociais pela UNESP - campus de Marília. Especialista na área de Ciências Políticas, pesquisa temas voltados para o estudo sobre militares, Estado e sociedade.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.